



É mais inteligente usarmos recursos públicos para mantermos emprego do que financiarmos o desemprego
Miguel Rossetto, ministro da Secretaria-Geral da Presidência

Tributação

Receita abre amanhã a consulta ao 2º lote de restituição do IR

Agência Brasil

Cerca de 1,4 milhão de contribuintes que declararam Imposto de Renda neste ano vão receber dinheiro do Fisco. A Receita Federal abre na quarta-feira (8) consulta ao segundo lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física 2015. Ao todo, serão desembolsados R\$ 2,348 bilhões.

A Receita também pagará R\$ 151,9 milhões a 63.505 contribuintes que fizeram a declaração entre 2008 e 2014, mas estavam na malha fina. Considerando os lotes residuais e o pagamento de 2015, o total gasto com as restituições chegará a R\$ 2,5 bilhões.

A lista com os nomes estará disponível a partir das 9h desta quarta-feira na página da Receita na internet.

O endereço é www.receita.fazenda.gov.br. A consulta também pode ser feita pelo Receitafone, no número 146.

As restituições terão correção de 3,09%, para o lote de 2015, a 71,56% para o lote de 2008. Em todos os casos, os índices têm como base a taxa Selic (juros básicos da economia) acumulada entre a entrega da declaração até este mês.

O dinheiro será depositado nas contas informadas na declaração no dia 15. O contribuinte que não receber a restituição deverá ir a qualquer agência do Banco do Brasil ou ligar para os telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos) para ter acesso ao pagamento.

Previdência

Empregador doméstico tem de recolher o INSS de junho nesta 3ª-feira

Folhapress

Os empregadores domésticos com empregados registrados terão de recolher nesta terça-feira (7) a contribuição previdenciária referente a junho.

Normalmente, a contribuição era recolhida até o dia 15 do mês seguinte ao de competência. Mas na quinta-feira (2) foi publicada a lei complementar nº 150, também conhecida como “lei dos domésticos”, que encurtou o prazo em oito dias.

Nesta segunda-feira (6), a Receita Federal divulgou nota explicando que, para os salários de junho a setembro deste ano, os recolhimentos da contribuição previdenciária e do Imposto de Renda (quando for o caso) deverão ser efetuados até o dia 7 dos meses de julho a outubro. Assim, para junho, o prazo final é esta terça-feira (7).

Se o recolhimento for efetuado após o dia 7, haverá cobrança de multa de 0,33% por dia, limitada a 20% (esse percentual é atingido no 61º dia de atraso).

A lei institui o Simples Doméstico, regime no qual o empregador, a partir de novembro (competência outubro), recolherá, em um único documento, as contribuições previdenciárias, o Imposto de Renda (se for o caso) e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

A Receita faz um alerta: os sistemas eletrônicos de cálculo disponíveis para o contribuinte na internet ainda não foram ajustados aos novos vencimentos. Assim, em caso de pagamento em atraso, o empregador deverá calcular e preencher manualmente, na GPS ou no Darf, o campo referente à multa de mora, sob pena de cobrança posterior.

Evento

Empresários promovem a 1ª feira de calçados e vestuário na Capital

Um grupo formado por 58 empresários ligados às indústrias de calçados, couros e vestuário de Mato Grosso do Sul vai promover, de 18 a 23 de julho, no Armazém Cultural, localizado na antiga Estação Ferroviária de Campo Grande, a 1ª Feicc-MS (Feira de Calçados, Couros e Vestuário de Mato Grosso do Sul), um evento voltado exclusivamente para os lojistas de calçados e confecções do Estado.

Segundo o presidente do Sindical/MS (Sindicato das Indústrias de Calçados de Mato Grosso do Sul), João Batista de Camargo Filho, a feira é um sonho antigo do segmento de calçados e confecções do

Estado. “Ao todo serão 58 expositores, 0 e temos a previsão da participação de 400 lojistas do Estado e alguns convidados de países vizinhos, como Paraguai, Bolívia, Chile, Equador, Uruguai e Argentina”, informou.

De acordo com as informações divulgadas pela Fiems (Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul), as feiras regionais são realizadas atualmente em todo o Brasil e vêm crescendo a cada edição. Os lojistas interessados em participar podem obter mais informações pelo site www.feicems.com ou pelo telefone (67) 9830-7572. (FB, com assessoria)

Geração de energia

Cientes da Energisa MS pagaram R\$ 20,7 mi por bandeira tarifária

Novos valores das bandeiras serão definidos no final deste ano

Flávio Brito

Os usuários de energia elétrica atendidos pela Energisa MS já pagaram R\$ 20.727.614,06, referente ao custo gerado nas contas de luz pela cobrança das bandeiras tarifárias. O valor considera apenas os meses de janeiro a maio de 2015, conforme os despachos divulgados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). O resumo da chamada “Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - Conta Bandeiras” está publicado no site da agência reguladora.

Conforme mostrou reportagem publicada ontem, o valor arrecadado em todo o país não tem sido suficiente para cobrir os gastos do setor. A diferença entre a receita e as despesas é de pelo menos R\$ 1,6 bilhão. As concessionárias ainda cobram da Aneel cerca de R\$ 2,5 bilhões. O órgão acredita que o saldo vai se equilibrar até o fim de 2015, apostando no efeito positivo da campanha de conscientização. Apesar disso, um novo reajuste no valor das bandeiras tarifárias não está descartado.

“No final de cada ano, a Aneel irá definir o valor das bandeiras tarifárias para o ano seguinte, considerando a previsão das variações relativas aos custos de geração



Para incentivar economia de luz e inibir novos aumentos, contas da Energisa trazem consumo médio de eletrodomésticos

por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao SIN [Sistema Interligado Nacional]”, explica a agência, em nota.

Campanha para incentivar consumo consciente está impressa nas contas

Pedido feito durante reunião do Concen (Conselho dos Consumidores da área de concessão da Energisa MS), a partir de agora, as faturas de energia elétrica trarão um

informe com o consumo médio dos principais aparelhos elétricos. “Queremos contribuir com o consumidor para que ele se atente aos hábitos que exercem maior impacto sobre o consumo de energia e assim também tenha controle maior sobre seus gastos explica a presidente do Conselho, Rosimeire Cecília da Costa, sobre uma das esperanças do governo para que as contas do setor elétrico alcancem o equilíbrio.

Até fevereiro de 2015, as bandeiras tarifárias consideravam somente os custos vari-

áveis das usinas térmicas, que eram utilizadas na geração de energia. A partir de março de 2015, com o aprimoramento do sistema, todos os custos de geração, que variam conforme o cenário, passaram a compor o cálculo das bandeiras, acrescenta a Aneel, caso seja necessário um novo aumento. A bandeira vermelha era de R\$ 3,00 para 100 kWh (e suas frações). A partir de março, ela passou a ser de R\$ 5,50 por 100 kWh (e suas frações). A bandeira amarela era de R\$ 1,50 por 100 kWh e foi a R\$ 2,50 por 100 kW.

Investimento

Poupança registra maior retirada de recursos da história no 1º semestre

Pelo sexto mês seguido, a poupança registrou perda de recursos. Segundo dados divulgados nesta segunda-feira (6) pelo Banco Central, os correntistas retiraram R\$ 38,542 bilhões a mais do que depositaram no 1º semestre. A caderneta registrou a pior captação líquida (diferença entre depósitos e retiradas) da história para o período.

De janeiro a junho, os brasileiros depositaram R\$ 909,6 bilhões na poupança. No entanto, as retiradas somaram R\$ 948,174 bilhões. Apenas em junho, os investidores sacaram R\$ 6,261 bilhões a mais

do que depositaram na poupança, também a pior captação líquida registrada para o mês. No mês passado, os depósitos somaram R\$ 162,854 bilhões, mas os saques totalizaram R\$ 169,1 bilhões.

Nos últimos meses, vários fatores estão provocando a fuga de recursos da poupança. Em primeiro lugar, a alta da Selic (taxa básica de juros da economia) tornou a poupança menos atraente que outras aplicações. Segundo a Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), a caderneta é mais vantajosa do

que os fundos de investimento apenas quando as aplicações são inferiores a seis meses, apesar de a poupança ser isenta de IR (Imposto de Renda) e de taxas de administração.

Inflação interfere nos ganhos e espanta investidores da poupança

A alta da inflação também contribuiu para a perda de atratividade da poupança. Nos últimos 12 meses, a caderneta rendeu 7,43%, o equivalente à Taxa Referencial mais 6,17% ao ano. A inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, no entanto,

está em 8,47%, puxada pela alta de preços administrados, como combustíveis e energia. O aumento dos preços e do endividamento dos consumidores também diminui a sobre de recursos a ser aplicada na caderneta.

A retirada de recursos da caderneta provocou problemas no crédito imobiliário. Em maio, o CMN (Conselho Monetário Nacional) remanejou R\$ 22,5 bilhões de compulsórios – parcela que os bancos são obrigados a manter depositada no Banco Central – para evitar a escassez de recursos para o setor. (Agência Brasil)

Petróleo

Petrobras perde R\$ 2,2 bi disputados com a ANP

A Petrobras foi condenada pelo Tribunal Arbitral internacional a depositar, por trimestre, R\$ 350 milhões em favor da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). O pagamento se refere à participação especial- cobrança feita sobre a produção em grandes campos do Parque das Baleias, no Espírito Santo.

A estatal informou que a decisão é cautelar e, portanto, o mérito da matéria ainda será julgado. Segundo cálculos preliminares, a disputa envolve, no total, R\$ 2,2 bilhões. O pagamento de participação especial envolve taxas cobradas sobre campos com produção superior

a 150 mil metros cúbicos por mês. A alíquota é progressiva e varia de 10% a 40% da rentabilidade do projeto.

A disputa começou no início do ano passado, quando o órgão regulador definiu que todos os sete campos produtores do Parque da Baleia fossem unificados para efeito do cálculo de royalties. A unificação, que entrou em vigor a partir da publicação da resolução nº 69/2014 da ANP, atende a pedido do governo do Espírito Santo, o principal beneficiado pelo aumento da arrecadação. A Petrobras já havia sido derrotada em recurso administrativo junto à agência. (Folhapress)



Pagamento se refere à produção em grandes campos no Espírito Santo